



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 704, DE 2023

(Do Sr. Marcel van Hattem e outros)

Altera a Lei 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para alterar as condições para o saque-aniversário.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE:
TRABALHO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023 (DO SR. MARCEL VAN HATTEM)

Altera a Lei 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para alterar as condições para o saque-aniversário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20-D da Lei 8.036/1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20-D.

.....

§2º Anualmente, os valores das faixas e das parcelas adicionais, constantes do Anexo desta Lei, serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, mantidas as alíquotas.

.....

.....” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 28/02/2023 14:14:23.070 - MESA

PL n.704/2023

A modalidade saque-aniversário do FGTS foi instituída em 2019 (Lei 13.932/19) e permite que o trabalhador faça um saque anual, no mês do seu aniversário, no valor de 5% a 50% do saldo, dependendo dos valores constantes no FGTS de cada pessoa. Pessoas com o saldo menor receberão um percentual maior do que pessoas com saldo maiores.

As Instituições Financeiras, após a liberação dos primeiros saques nesta modalidade, disponibilizaram empréstimos para fazer a antecipação dos valores, o que trouxe maior liquidez para o mercado e reduziu o custo das operações de crédito para pessoas físicas.

O art. 20-D, §2º, da Lei 13.932/2019, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, atribui competência ao Poder Executivo para, respeitada a alíquota mínima de 5% (cinco por cento), alterar, até o dia 30 de junho de cada ano, os valores das faixas, das alíquotas e das parcelas adicionais para o saque-aniversário, que terá vigência no primeiro dia do ano subsequente.

A competência para normatizar as modalidades de saque do FGTS é de lei ordinária, cabendo ao Parlamento a sua aprovação e submissão à sanção ou veto do Presidente da República.

A delegação para o Poder Executivo, ou seja, um simples Decreto, para alterar os valores das faixas, das alíquotas e das parcelas adicionais para o saque-aniversário é temerária. Por exemplo, por meio de Decreto, o Presidente da República poderia alterar todas as alíquotas, independentemente da faixa de saldo, para 5%, o que, praticamente, extinguiria o saque aniversário.

O mais adequado é que a Lei estabeleça as condições para alteração para as faixas, para as alíquotas e para as parcelas adicionais, o que daria maior transparência e previsibilidade.

Dessa forma, faz-se necessário alterar o Art. 20-D, da Lei 8.038/1990, Lei do FGTS, para retirar a competência de alteração da alíquota do Poder Executivo e para determinar que o valor das faixas sejam atualizadas anualmente pelo INPC, mesmo índice utilizado para atualização dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS.

Sala das Sessões, de de 2022





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO MARCEL VAN HATTEM

NOVO/RS

Apresentação: 28/02/2023 14:14:23.070 - MESA

PL n.704/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237101167500>



* CD 237101167500 *



Projeto de Lei **(Do Sr. Marcel van Hattem)**

Altera a Lei 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para alterar as condições para o saque-aniversário.

Assinaram eletronicamente o documento CD237101167500, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 2 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 3 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-05-11;8036
LEI Nº 13.932, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019-12-11;13932

FIM DO DOCUMENTO